



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ATA Nº 7/2024/CONSUP/IFTO, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024

1 Ata da quarta reunião ordinária de dois mil e vinte quatro do Conselho Superior do
2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins — IFTO. No dia onze
3 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, por videoconferência,
4 reuniu-se, sob a presidência do diretor-geral do *Campus* Araguatins e conselheiro
5 representante do Colégio de Dirigentes, segmento diretores de *campi* e pró-reitores,
6 na qualidade de primeiro suplente, Claudio de Sousa Galvão, o Conselho Superior do
7 Instituto Federal do Tocantins. Foi registrada a presença dos representantes do
8 Colégio de Dirigentes, segmento diretores-gerais de *campi*: Milene Lopes dos Santos
9 Queta, segunda titular; dos representantes do Colégio de Dirigentes, segmento
10 diretores de *campi* e pró-reitores: Juliana Ferreira de Queiroz, primeira titular;
11 Mírian Peixoto Soares da Silva, segunda titular; dos representantes dos servidores
12 docentes: Otávio Cabral Neto, primeiro titular; Erica Ribeiro de Sousa Simonetti,
13 terceira titular; Edmar Vinícius de Carvalho, quarto titular; Paulo da Silva Paz Neto,
14 primeiro suplente; Saulo Carvalho de Souza Timóteo, segundo suplente; dos
15 representantes dos servidores técnico-administrativos em educação: Kiara Souza dos
16 Reis Cavalcante, segunda titular; Francisco César de Sousa, terceiro titular; Josuan de
17 Carvalho da Cunha, quarto titular; dos representantes dos discentes: Lucas Alves
18 Machado, primeiro titular; João Vitor Bonini de Alcantara, quarto titular; das
19 representantes dos egressos: Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, primeira
20 titular; Cristieily Maria de Sousa Alves de Oliveira, segunda titular;
21 da representante da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras
22 Familiares do Estado do Tocantins — FETAET, Irany Iva dos Santos Dias,
23 titular; da representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do
24 Estado do Tocantins — FECOMÉRCIO, Cristiana Dutra e Silva Covate, suplente;
25 da representante da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins — FAPT, Munique
26 Maia de Oliveira, suplente; da representantes do Sindicato dos Trabalhadores em
27 Saúde no Estado do Tocantins — SINTRAS, Maria Lúcia de Oliveira Sousa, suplente;
28 da representante da Secretaria do Conselho Superior: Rosseane Elysa Ferreira
29 Barbosa. O presidente substituto conferiu o quórum, cumprimentou os
30 participantes, e declarou aberta a reunião. Justificou a ausência do presidente do
31 Conselho, Antonio da Luz Júnior, devido à alteração de horário de seu voo. Na
32 sequência, procedeu-se aos informes gerais. Informou que, por motivos de saúde, a
33 visita do presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, que estava marcada
34 inicialmente para o dia 13 em Tocantinópolis e depois com uma possível mudança
35 para o dia 18 em Palmas, no lançamento do Programa Partiu IF, foi
36 cancelada. Informou que, há duas semanas, o reitor, Antonio da Luz Júnior e todos
37 os diretores-gerais e diretores dos *campi* avançados estiveram em Brasília, em
38 encontro com a bancada parlamentar federal do Tocantins, em busca de um aporte
39 de 67,5 milhões com a finalidade de uma oferta de 1.200 vagas em residências

40 estudantis, atendendo a todos os 139 municípios do Tocantins. Disse que o projeto
41 objetivava residência estudantil em todas as unidades do IFTO. Agradeceu a todos os
42 parlamentares pelo acolhimento na apresentação da proposta. Informou que na
43 semana seguinte o reitor retornou a Brasília para a apresentação à bancada federal,
44 explicou que na semana anterior apresentaram a proposta a cada um dos
45 parlamentares. Juliana informou que na segunda-feira, dia 8, finalizaram a execução
46 orçamentária do IFTO, e que na ocasião foram executados 100% do orçamento de
47 despesas discricionárias que diziam respeito a funcionamento, investimentos e
48 assistência estudantil. Parabenizou os colegas dos *campi* que atuam nas tarefas de
49 emissão de empenho, ajuste de notas de empenho, e disse que correu tudo bem e
50 que no momento ainda estavam aguardando 25% de um aporte da CETEC que
51 havia sido comunicado no mês de junho e que representava um montante de cerca
52 de R\$ 538.000,00. Informou que todas as unidades do IFTO tinham alguma parcela
53 ainda por receber desse aporte e ainda estavam esperando a aprovação de um
54 projeto de lei que estava em votação no Congresso e que a expectativa era que até o
55 dia 31 de dezembro o recurso fosse repassado. Em relação às três emendas
56 parlamentares do IFTO em 2024 (*Campus* Porto Nacional e *Campus* Araguaína),
57 Juliana informou que as três foram executadas integralmente. O conselheiro Paulo
58 informou que o Instituto estava realizando mais uma vez uma parceria externa na
59 formação da guarda metropolitana de Palmas. Disse que o IFTO foi a instituição
60 escolhida para realizar a sexta etapa do concurso (que era a formação desses
61 guardas). Informou que o conselheiro Josuan, presente na reunião, também fazia
62 parte da equipe que já estava há uns dois meses tratando da burocracia e que o
63 curso já vinha acontecendo a contento dentro das instalações do *Campus*
64 Palmas. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dois, a
65 saber: deliberação acerca da Ata nº 5/2024/CONSUP/IFTO, de 22 de maio de 2024,
66 referente à 4ª reunião extraordinária (2385098) do Conselho Superior do Instituto
67 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Após apresentação,
68 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por 15 votos favoráveis e 1
69 abstenção (Corombert Leão de Oliveira). Na sequência, procedeu-se à deliberação
70 do ponto três, a saber: convalidação da Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº
71 118, de 07 de novembro de 2024, que aprovou, *ad referendum*, as alterações do
72 projeto pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência para a
73 Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT) UAB/IFTO do *Campus* Porto
74 Nacional, conforme Processo nº 23337.012077/2024-10. Após apresentação,
75 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
76 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatro, a saber: convalidação da
77 Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO nº 119, de 14 de novembro de 2024, que
78 aprovou, *ad referendum*, a designação do servidor Francisco Nilson Gonçalves Balbé,
79 matrícula Siape nº 1564233, para exercer a função de coordenador de área de
80 Gestão de Projetos Educacionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à
81 Docência — PIBID do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
82 Tocantins, em conformidade com a Portaria Capes nº 90, de 25 de março de 2024, e
83 o Edital Capes nº 10/2024, e retificações, conforme Processo nº
84 23236.022675/2024-27. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo
85 sido aprovado com 15 votos favoráveis e 1 abstenção. Na sequência, procedeu-se à
86 deliberação do ponto cinco, a saber: convalidação da Resolução *ad*
87 *referendum* CONSUP/IFTO nº 120, de 14 de novembro de 2024, que aprovou, *ad*
88 *referendum*, a revisão do Regimento Interno da Comissão Própria de Avaliação —
89 CPA, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

90 Tocantins, conforme Processo nº 23235.021674/2024-75. O conselheiro Josuan,
91 disse que as colegas da CPA estiveram na Reitoria solicitando a adesão dos
92 servidores, a fim de responderem às pesquisas da CPA. Parabenizou a comissão pelo
93 trabalho na alteração do regulamento. Citou que o parecer da Procuradoria
94 praticamente não tinha nenhuma recomendação que não a da vigência da norma.
95 Ressaltou que o trabalho foi muito bem feito e revisado. Convidou os colegas a
96 responderem aos questionários da CPA, a fim de qualificar o trabalho. Ressaltou a
97 importância da adesão de toda a comunidade acadêmica e também do público
98 externo nos questionamentos da comissão. Após apresentação,
99 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O presidente
100 parabenizou a Comissão da CPA pelo excelente trabalho realizado. Na sequência,
101 procedeu-se à deliberação do ponto seis, a saber: convalidação da Resolução *ad*
102 *referendum* CONSUP/IFTO nº 121, de 14 de novembro de 2024, que aprovou, *ad*
103 *referendum*, o projeto de extensão: Oferta de vagas em Curso de Formação Inicial e
104 Continuada — FIC e Qualificação Anual de Guarda e Segurança Pública, na
105 modalidade presencial, ofertado pelo *Campus* Palmas, do Instituto Federal de
106 Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo
107 nº 23235.015120/2024-39. O presidente lembrou que o ponto tratava do curso que
108 o conselheiro Paulo Paz mencionou nos informes. O conselheiro Josuan explicou que
109 o curso, em parceria com a Fundação de Apoio e com a Prefeitura Municipal de
110 Palmas, era a terceira ação voltada para segurança pública no estado do Tocantins.
111 Citou que o primeiro curso foi o superior de Tecnologia de Segurança Pública em
112 parceria com a Polícia Militar do Estado do Tocantins de 2022 a 2023, e que no ano
113 de 2023 para 2024 tiveram uma parceria com a Prefeitura Municipal de Araguaína,
114 oportunidade em que realizaram o curso de Formação da Guarda Municipal do
115 município. Explicou que, na terceira ação voltada para a Segurança Pública, o IFTO
116 apoiou a formação de 100 agentes de segurança pública. Citou que o projeto era de
117 um montante de 1,6 milhões de reais com a participação de cerca de 150
118 profissionais na formação de guardas metropolitanos, com instruções tanto de
119 aspectos operacionais (armamento e tiro, abordagem), quanto da parte transversal.
120 Destacou que o curso teria disciplinas voltadas a noções de língua portuguesa,
121 acessibilidade de libras, Direitos Humanos, movimentos sociais, ou seja, era uma
122 formação bastante técnica e humanista, com vistas a contemplar uma matriz
123 curricular da Secretaria Nacional de Justiça. Destacou também que a ação era
124 bastante importante para o Instituto, que a PROEX, em específico a Diretoria de
125 Relações Internacionais, ficava muito feliz com a possibilidade de o Instituto atuar na
126 missão institucional de desenvolvimento regional, na possibilidade de franquear aos
127 municípios essa expertise. Parabenizou o conselheiro Paulo Paz pela condução do
128 projeto, que era bastante árduo e complexo. Após apresentação,
129 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 16 votos favoráveis e 1
130 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto sete, a saber: revisão
131 do projeto pedagógico do curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio
132 do *Campus* Dianópolis, conforme Processo nº 23481.017024/2021-71. O conselheiro
133 Saulo Carvalho de Souza Timóteo e também diretor de Ensino Básico e Técnico
134 (DIREBT) aproveitou a pauta e também os próximos pontos que tratariam sobre o
135 processo de alteração ou implantação de cursos técnicos (7, 8, 9 e 10), e comentou
136 que as alterações dos cursos do *Campus* Dianópolis foram muito pontuais. Citou que
137 o *campus* fez o encaminhamento a respeito da questão da alteração do número de
138 vagas ofertadas para cada curso em Dianópolis. Informou que os dois cursos, de
139 Agropecuária e Informática, tinham cada qual a previsão de 70 vagas; no entanto,

140 com a alteração demandada, haveria um aumento de 40 vagas para o curso de
141 Agropecuária e a diminuição para 40 vagas no curso de Informática, o que não
142 provocaria impacto principalmente no esforço docente dos professores da base,
143 pois, ao mesmo tempo que houve o acréscimo de vagas em uma turma, houve a
144 diminuição de outra turma. A respeito dos pontos 9 e 10, que tratavam dos cursos
145 do *Campus* Colinas do Tocantins, fez um resgate histórico sobre o processo de
146 renovação do ensino técnico profissionalizante do Instituto Federal; lembrou que o
147 processo de renovação das matrizes foi idealizado pelo reitor Antonio da Luz Júnior
148 em 2018. Esse processo se encontrava em fase de estudo e de adequação dos
149 modelos referenciais no Instituto. Foi proposta a elaboração de modelos referenciais
150 não só para o currículo integrado, mas também para a organização do tempo
151 escolar, assim como outros documentos institucionais que orientem desde a etapa
152 de criação, execução, alteração até o encerramento de cursos técnicos e superiores
153 no Instituto Federal. Explicou que, com a adesão do *Campus* Colinas e as alteração
154 dos seus PPCs, chegaram a 100% do processo de implantação dos modelos
155 referenciais dos cursos técnicos integrados, e que a partir de 2025 todos os cursos
156 técnicos integrados teriam uma única estrutura ou a organização do currículo em
157 três núcleos (Comum - base geral, Base Profissional - curricularização da extensão
158 por meio dos projetos integradores e o Núcleo Diversificado, em que trabalham as
159 unidades diversificadas, objetivando a aproximação dos conteúdos escolares aos
160 conteúdos sociais e aos culturais de cada uma das regiões, com vínculo também com
161 a questão profissional). Registrou sua alegria em estar à frente da Diretoria de
162 Ensino Básico e Técnico, o que lhe possibilitou levar essa notícia a toda comunidade
163 do IFTO. Informou que desde 2018 havia alguns modelos referenciais, os núcleos
164 docentes articulados dos NDA, e recentemente, em virtude desses modelos
165 referenciais, conseguiram implantar o programa Radar, com a primeira aplicação do
166 exame na primeira semana de dezembro. Reforçou que isso só foi possível porque
167 na data o Instituto Federal tinha um único modelo de referência para os cursos
168 técnicos integrados. A partir disso conseguiram elaborar um exame e, por meio
169 desse exame, conseguiram identificar meios pelos quais poderiam instituir algum
170 tipo de política para o resgate e melhoramento da qualidade de ensino. Agradeceu a
171 todos os diretores e gestores das unidades, gerentes de ensino, coordenadores de
172 cursos que estiveram à frente do processo de alteração de PPC bem como todos
173 professores e servidores técnico-administrativos que auxiliaram durante o percurso
174 de alteração das matrizes. O presidente parabenizou o diretor Saulo por todo o seu
175 trabalho à frente da Diretoria do Ensino Básico e Técnico e também à comissão
176 responsável pela revisão do projeto pedagógico do curso de Agropecuária integrado,
177 tanto o de Dianópolis quanto os demais que viriam nos próximos pontos de pauta.
178 Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
179 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto oito, a saber:
180 Revisão do projeto pedagógico do curso Técnico em Informática integrado ao ensino
181 médio do *Campus* Dianópolis, conforme Processo nº 23481.016992/2021-60. Após
182 apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por
183 unanimidade. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto nove, a saber:
184 Revisão do projeto pedagógico do curso Técnico em Agropecuária integrado ao
185 ensino médio ofertado na modalidade presencial pelo *Campus* Colinas do Tocantins,
186 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme
187 Processo nº 23725.020605/2024-22. Após apresentação, o item foi submetido à
188 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na sequência, procedeu-se à
189 deliberação do ponto dez, a saber: deliberação acerca da autorização da

190 implantação do curso Técnico em Informática para Internet integrado ao ensino
191 médio, a ser ofertado na modalidade presencial, a partir de 2025/1,
192 pelo *Campus* Colinas do Tocantins, do Instituto Federal de Educação, Ciência e
193 Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23725.019865/2024-55. O
194 conselheiro Josuan parabenizou o trabalho de todos os servidores do Instituto
195 Federal do Tocantins e da comunidade externa que apoiaram o diretor de ensino
196 básico professor Saulo, e por conseguinte apoiaram o ensino técnico no estado do
197 Tocantins, e ressaltou que se alegrava muito em poder votar no ponto de pauta,
198 considerando que tinham um próximo ponto de pauta relacionado ao PDI, de cuja
199 comissão fez parte. Disse que era bastante relevante que tivessem as aprovações
200 dos cursos técnicos e das licenciaturas, considerando que tinham uma dificuldade
201 muito grande de fechar os índices mínimos de cursos solicitados pela Lei nº
202 11.892. Ressaltou que se tratava de uma missão, pois era a natureza do Instituto
203 ofertar ensino técnico de qualidade, por isso era muito importante ter em pauta
204 aprovações de cursos técnicos e FIC. Destacou sua alegria com a exemplificação do
205 professor Saulo quanto à vanguarda do reitor Antonio na busca por um ensino
206 qualitativo e com a base humanística de formação integral do aluno. Destacou a
207 importância de receberem dos *campi* mais propostas de aprovação de cursos para
208 que preenchessem os requisitos legais. Agradeceu a unidade de Colinas e a todas as
209 unidades que facilitam essa entrega de ensino público de qualidade no estado do
210 Tocantins, no norte do Brasil. O presidente parabenizou o esforço das comissões e
211 comunidades locais. Disse que as alterações nos PPCs eram para fortalecer ainda
212 mais a educação profissional e tecnológica no IFTO. Após apresentação,
213 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 16 votos favoráveis e 1
214 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto onze, a saber: a
215 retirada permanente de pré-requisito de disciplina da Matriz 216 do curso
216 Engenharia Agrônômica do *Campus* Araguatins, do Instituto Federal de Educação,
217 Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23233.009931/2024-11.
218 Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 16
219 votos favoráveis e 1 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
220 doze, a saber: as diretrizes para a concessão de auxílio financeiro à submissão,
221 tramitação e tradução de artigos científicos para línguas estrangeiras, no âmbito do
222 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, e a revogação da
223 Resolução nº 45/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016, que dispõe sobre o
224 auxílio financeiro à tramitação e tradução de artigos científicos para línguas
225 estrangeiras no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, publicada no Boletim de
226 Serviço nº 10/2016/DGP/REITORIA/IFTO, de 31 de outubro de 2016, conforme
227 Processo nº 23235.003713/2022-91. O conselheiro Otávio demonstrou seu
228 contentamento quanto à minuta de resolução em questão e parabenizou a
229 comissão. Lembrou que na verdade já existia uma instrução desatualizada e que os
230 pesquisadores no IFTO tinham muita dificuldade em publicações de alta qualidade,
231 principalmente pelo custo, pois precisavam custear as publicações quando
232 publicadas nas melhores revistas. Demonstrou sua satisfação com os avanços e
233 destacou que, ao ler o documento, ficou bastante claro que cada unidade
234 participaria da distribuição, da logística. Pediu aos diretores dos *campi* que tivessem
235 esse olhar porque não era uma pontuação apenas para o servidor, mas também para
236 a instituição. Parabenizou a comissão pelas novas diretrizes que ele entendia como
237 muito importantes. O conselheiro Josuan endossou a fala do conselheiro Otávio
238 e parabenizou os colegas pela atualização necessária para o ressarcimento do valor
239 relacionado à tradução e à produção científica, ação importante para os índices e

240 indicadores relacionados à educação profissional e tecnológica. Lembrou que a
241 comissão iniciou os trabalhos em 2022, e que recentemente a CAPES propôs a
242 descontinuidade da forma de qualificação dos artigos científicos, a qual
243 ocorria pela avaliação dos periódicos, e não pela avaliação dos artigos científicos em
244 si; ou seja, havia um extrato de avaliação “Qualis A1 - A4” dos periódicos, que era o
245 parâmetro seguido para avaliação de qualidade dos trabalhos científicos. Informou
246 que no final de outubro a CAPES comunicou que descontinuariam esse padrão de
247 avaliação e adotariam uma padronização de avaliação dos artigos
248 científicos. Informou que a CAPES ainda não havia definido as regras, mas
249 apresentou uma nomenclatura para esta nova forma de qualificação, e que
250 poderiam ter um problema se aprovassem a normativa com base no extrato de
251 “Qualis A1 - A4”, porque os valores eram padronizados com base na classificação de
252 A1 - A4, ou se o artigo era mensurado no impacto de base do JCR. Informou que a
253 CAPES alteraria para a sistemática de classificação de artigo, apresentando três
254 procedimentos que seriam avaliados. Disse que não sabia se a comissão já tinha
255 feito essa avaliação meritocrática, porque foi uma alteração posterior a todo o
256 trabalho da comissão, mas que impactaria de forma direta na vida útil da resolução.
257 O conselheiro Edmar esclareceu que a diretora de pesquisa e pós-graduação havia
258 recebido o comunicado com as alterações mencionadas pelo conselheiro Josuan, e
259 que a comissão chegou a debater sobre o que poderia ser feito para incluir tais
260 alterações ou considerá-las na minuta. Explicou que no parágrafo dos valores por
261 cada extrato de Qualis A1 até A4, havendo mudança na classificação, poderiam fazer
262 uma tabela de equivalência da classificação anterior para a nova classificação que
263 surgiria. Mas reforçou que essa classificação demoraria mais ou menos quatro anos
264 para poder ser válida, haveria a coleta das informações, padronização dos
265 parâmetros adotados pela CAPES para a classificação dos trabalhos, e isso
266 demandaria mais ou menos uns quatro anos para se ter definitivo, publicado e
267 validado pela CAPES. Disse que, se houvesse alguma mudança e esta fosse
268 implementada, poderia ser feita uma tabela de equivalência no texto por uma
269 comissão designada para este trabalho. Após apresentação, o item foi submetido à
270 votação, tendo sido aprovado com 15 votos favoráveis e 1 abstenção. Na sequência,
271 procedeu-se à deliberação do ponto treze, a saber: Política de Governança das
272 Contratações Públicas do Instituto Federal do Tocantins, conforme Processo
273 nº 23235.009614/2024-84. A conselheira Juliana recordou que em 2023 foi
274 aprovada no Consup a Política de Governança do IFTO, um documento macro, um
275 documento guarda-chuva, e que naturalmente alguns outros documentos seriam
276 editados em virtude desta política, que era o caso do documento em questão, que
277 versava sobre a governança no âmbito das contratações públicas, ou seja, era um
278 documento que tinha um caráter mais técnico e direcionado para contratações, que
279 versava sobre a política de compras compartilhadas, o plano diretor de logística
280 sustentável, o plano de contratação anual, ou seja, sobre os aspectos do
281 metaprocesso da contratação, desde o planejamento até a gestão de contratos.
282 Observou que, no documento, se trata também da estrutura acerca da governança
283 de contratações, da comissão, do papel do gestor, do papel do pregoeiro, do
284 coordenador, do gerente de licitações, ou seja, o documento dispõe sobre a atuação
285 da Instituição como contratante. Disse que o documento colaboraria no que diz
286 respeito ao índice geral de governança, destacou que o IFTO estava sempre tentando
287 aperfeiçoar, lembrou o ótimo resultado que a instituição teve no último
288 levantamento da CGU, no entanto, reforçou que alguns pontos ainda precisam
289 ser aprimorados e que a governança no âmbito das contratações era um dos pontos

290 que estavam tentando preencher e avançar. Antecipou que, além do documento em
291 questão, encaminhariam em breve para o Consup também uma política que versaria
292 especificamente sobre a gestão de riscos, que também era oriunda da política de
293 governança. O conselheiro Josuan agradeceu a oportunidade de participar das
294 construções que o Instituto Federal de forma bem vanguardista
295 acabava franqueando, no sentido de que era uma ação da administração federal que
296 estava à frente em geral da maioria das unidades administrativas no Brasil. Disse que
297 a adequação era necessária com relação à atualização da Lei nº 14.133, que
298 começou a ser desenvolvida a partir de 2021 com culminância em 2023, e que a
299 maioria dos municípios, autarquias, estados, e até a própria União estavam rateando
300 muito na aplicação da nova lei, e que o IFTO saía à frente tendo a política de
301 governança de contratação, sendo pioneiro nessa adequação. Com relação ao
302 mérito, disse que tinha zero observação, no entanto, quanto ao procedimento da
303 documentação, disse que, ao analisar o parecer da Procuradoria, verificou
304 que houve duas recomendações com relação à questão jurídica: uma foi a
305 adequação formal da estrutura do texto (formalidade), e a outra recomendação
306 relacionada ao procedimento de tramitação legislativo-normativa da
307 documentação. Apesar da apresentação em formato de resolução para a aprovação,
308 reforçou que a recomendação era para que fosse aprovada em forma de normativa,
309 de modo que fosse emitida pelo reitor, e não pelo presidente do Conselho Superior,
310 considerando que era um regulamento altamente procedimental. Explicou que, em
311 geral, as atribuições dos conselheiros diziam respeito a regulamentos que criavam,
312 extinguíam ou modificavam direitos, e que a política era um documento altamente
313 importante para a área técnica, porque direciona a política de governança
314 estratégica de contratação; contudo, não cria, extingue ou modifica direitos da
315 comunidade acadêmica. Questionou por que não encaminhar o documento para o
316 gabinete da Reitoria para que fosse emitida uma instrução normativa em vez da
317 resolução, considerando as recomendações da Procuradoria. Juliana explicou que
318 poderia até ser preciosismo ter encaminhado para o Consup, mas, uma vez que o
319 Conselho tinha aprovado a política de governança, entendeu que seria salutar esse
320 trâmite, até como uma forma de divulgar o documento e também de dar ciência aos
321 conselheiros de que estava sendo editado um documento daquela natureza. Assim,
322 a comissão responsável entendeu que não haveria prejuízo na tramitação do
323 processo, e incluiu a etapa de levar o documento para o Conselho Superior. Frisou
324 que a recomendação da Procuradoria era que fosse uma instrução normativa, e que
325 adequariam o formato do documento para que saísse em formato de instrução, uma
326 vez que o Consup aprovava resoluções. Seria, pois, um ajuste de formalidade, mas
327 entenderam que seria interessante trazer tal documento a título também de
328 divulgação, para que os conselheiros também pudessem acompanhar o progresso
329 da instituição e o esforço para tentar aprimorar sempre os procedimentos de
330 governança, integridade e controle interno. Após apresentação,
331 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 16 votos favoráveis e 1
332 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quatorze, a saber:
333 Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna,
334 conforme Processo nº 23235.008903/2024-66. Após apresentação,
335 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
336 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto quinze, a saber: Regimento Interno
337 da Unidade de Auditoria Interna Governamental do Instituto Federal de Educação,
338 Ciência e Tecnologia do Tocantins, conforme Processo nº 23235.000247/2021-
339 19. Após apresentação, o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado com 16

340 votos favoráveis e 1 abstenção. Na sequência, procedeu-se à deliberação do ponto
341 dezesseis, a saber: Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna — RAIN
342 2023, conforme Processo nº 23235.000170/2024-11. Após apresentação,
343 o item foi submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Na
344 sequência, procedeu-se à deliberação do ponto dezessete, a saber: Plano de
345 Desenvolvimento Institucional — PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e
346 Tecnologia do Tocantins, 2025/2029, conforme Processo nº 23235.002327/2024-43.
347 A conselheira Juliana, pró-reitora de Administração do IFTO, justificou a submissão
348 do documento ao Conselho em virtude do encerramento da vigência do Plano de
349 Desenvolvimento Institucional em 2024 (2020 a 2024) e da necessidade da
350 instituição iniciar 2025 com o novo PDI vigente. Explicou que o Plano de
351 Desenvolvimento Institucional é o documento que versa sobre o planejamento
352 estratégico da instituição para um recorte temporal de cinco anos, ou seja, o
353 documento mais importante da instituição dentro do aspecto de planejamento, pois
354 versa sobre ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, servidores, políticas para
355 estudantes entre outros temas. Disse que o documento era bastante completo, com
356 uma minuta com mais de 300 páginas; realmente muito extenso porque algumas
357 seções eram de caráter obrigatório. Citou que os órgãos de controle avaliam e
358 acompanham anualmente o cumprimento das metas e ações pactuadas no
359 PDI. Reforçou que o acesso dos conselheiros dentro do processo foi à minuta depois
360 de decorrido todo o trâmite de disponibilização para a comunidade e a passagem
361 pelo CODIR. Quanto aos principais tópicos do documento, citou: organização
362 administrativa do IFTO, gestores, organogramas de cada *campus*, distribuição de
363 funções, perfil institucional que apresenta um breve relato de cada unidade do IFTO,
364 cursos ofertados, contexto geográfico onde os *campi* estão inseridos, método que
365 trata de como o PDI foi concebido, as etapas de realização para concepção 2020-
366 2024, resultados do PDI 2020-2024, ou seja, todos os indicadores acompanhados
367 nos últimos cinco anos e todas as metas atingidas anualmente com exceção de 2024,
368 porque apenas em março de 2025 é que finalizarão o levantamento dos resultados
369 de 2024. Citou ainda que o plano dava acesso à matriz SWOT, fraquezas e forças do
370 Instituto, oportunidades e ameaças, ao Projeto Pedagógico Institucional - PPI, que
371 trata de políticas de ensino, de pesquisa extensão, educação a distância, aspectos
372 pedagógicos, políticas de assuntos estudantis (aparecem no documento como
373 capítulo específico, a tratar de toda a parte de assistência, evasão, êxito escolar,
374 acompanhamento de egressos, estagiários, diversidade e inclusão). Quanto às
375 políticas de gestão, informou que eram um apanhado acerca de áreas específicas,
376 tidas como áreas-meio, como administração de pessoas, tecnologia da informação,
377 comunicação e infraestrutura. Quanto ao cronograma de implantação, informou que
378 dizia respeito aos cursos e às vagas que o IFTO ofertaria nos próximos cinco anos,
379 inclusive as alterações, cursos que seriam encerrados e iniciados. Cada *campus* teve
380 o seu cronograma, além do cronograma geral, e o documento conta também com
381 um quadro geral do IFTO, para mostrar o desempenho da instituição. Quanto ao
382 plano de expansão e reforma da infraestrutura, explicou que, no documento,
383 há aspectos como blocos que precisam de reformas, novas obras que precisam ser
384 feitas, enfim adequações necessárias. Reforçou que era uma parte muito importante
385 do PDI, a qual geralmente era solicitada pelos órgãos concedentes de TED, como
386 por exemplo a SETEC, que só liberava o recurso para uma obra se esta estivesse
387 prevista no PDI. Quanto à metodologia de elaboração do PDI, explicou que foi
388 concebida pela Diretoria de Administração e Planejamento da PROAD, aprovada em
389 março pelo CODIR, que atuou como comitê interno de governança do IFTO e foi

390 pensada para favorecer a participação da comunidade não apenas no momento final
391 de conclusão e disponibilização do documento, mas nas etapas intermediárias, em
392 que a comunidade poderia opinar tanto de forma virtual, nos momentos por
393 exemplo da deliberação acerca da missão e da visão, e também no âmbito de cada
394 *campus*, nos momentos de decisões mais locais, como o quadro de oferta de vagas.
395 Disse que a formação de equipes de trabalho foi a primeira etapa, em que a Pró-
396 reitoria de Administração e a Diretoria de Administração e Planejamento foram
397 as responsáveis por coordenar e supervisionar essas atividades. Informou que foram
398 designadas três comissões temáticas para cuidar de pautas específicas, e cada
399 unidade designou uma comissão local do documento. Quanto às comissões
400 temáticas que foram designadas para o PDI, Juliana, informou que a primeira foi a
401 comissão do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, conduzida pela Pró-reitoria de
402 Ensino com apoio dos *campi* e outras áreas, pois o PPI versa também sobre ensino,
403 pesquisa, extensão e educação a distância. Quanto à comissão específica que tratou
404 do cronograma de oferta de vagas e cursos, informou que também foi conduzida
405 pela PROEN, e que no cronograma era possível observar todos os aspectos
406 relacionados aos percentuais legais em virtude da necessidade de observância dos
407 percentuais de cursos técnicos de formação de professor e de PROEJA. Reforçou que
408 foi a comissão específica que coletou os dados dos *campi* e organizou o cronograma.
409 Quanto à comissão das políticas e assistência ao discente, informou que foi
410 conduzida pela PROAE. Apresentou o recorte da missão e da visão do documento, e
411 frisou que a Instituição não precisava necessariamente revisá-las, por isso a missão
412 era a mesma desde 2016; contudo, informou que a missão, a visão e os valores
413 foram discutidos no âmbito do corpo diretivo do Instituto Federal, e seus membros
414 entenderam que era salutar aprimorar e redimensionar esses conceitos dentro do
415 Instituto. Informou que a missão trata do motivo da existência do Instituto, já a
416 visão trata da projeção de futuro, e os valores eram os princípios que deveriam
417 nortear as ações, atividades e o poder decisório. Disse que a proposta era que a
418 missão, a visão e os valores fossem alterados e por isso apresentou as atuais e novas
419 propostas para cada fator. Reforçou que tanto para a missão quanto para a visão os
420 valores e o enfoque do IFTO passavam a se direcionar à prestação dos seus serviços
421 para as pessoas, ao aspecto mais humano tanto na formação quanto na prestação
422 de serviço, utilizando-se, obviamente, da educação profissional e tecnológica para
423 definir as metas. Disse que a missão, a visão e os valores eram o que definiam a
424 identidade da instituição, e que os objetivos estratégicos precisavam estar alinhados
425 com esses conceitos, pois o pontapé inicial era a definição da missão, visão e
426 valores, uma vez que, definidos pela comunidade, passaram a trabalhar no mapa
427 estratégico do IFTO, por meio do qual definiriam perspectivas de trabalho
428 da instituição (pessoas e infraestrutura, processos internos e resultados), e dentro
429 dessas perspectivas trabalhariam com sete objetivos estratégicos, que se
430 desdobrariam em indicadores, que por sua vez possuíam metas anuais que seriam
431 acompanhadas por seu responsável. Informou que estavam saindo de 53 para 65
432 indicadores, mais áreas de atuação da instituição estavam incluídas no PDI, além dos
433 indicadores de caráter obrigatório (número de vagas, oferta de vagas, número de
434 projetos de pesquisa), outros objetivos tidos como estratégias de gestão estariam
435 também no PDI para nortear o trabalho dos setores da instituição. Um outro recorte
436 apresentado do PDI foi o cronograma de oferta de vagas, que, de acordo com
437 Juliana, foi uma etapa também bastante desafiadora para toda a comunidade, pois
438 precisavam se adequar aos percentuais legais. Explicou que a lei de criação dos
439 institutos indicava que a oferta de vagas deveria contemplar no mínimo 50% da

440 oferta de vagas para cursos de nível médio, no mínimo 20% para a formação de
441 professores, uma projeção de 10% de PROEJA, ou seja, esses percentuais
442 compunham a matriz orçamentária da instituição, e seriam responsáveis também
443 por gerar recursos para a instituição. Apresentou o quadro acerca da evolução do
444 total de vagas ofertadas, disse que em 2025 iniciariam com 5.730 vagas, que era
445 mais que a oferta atual, e em 2029, último ano deste PDI, chegariam a
446 aproximadamente 7400 vagas, o que representava um incremento de 30% de vagas.
447 Explicou que, para que esse incremento ocorra, alguns fatores externos também
448 devem integrar o processo. Deve-se contar com a liberação de códigos de vagas
449 pelo Ministério da Educação e melhoria da infraestrutura dos *campi*. E disse que o
450 cenário foi projetado considerando todos esses aspectos, que, em sua
451 percepção, são viáveis, pois, dentro desse período de cinco anos, a instituição
452 poderia incrementar essas vagas em 30%. Disse que o número de vagas e matrículas
453 era a base do orçamento, a maior base, inclusive 80% do orçamento eram oriundos
454 das vagas e das matrículas. Juliana disse que o PDI também foi elaborado para que
455 fosse um documento de apoio acerca de questões orçamentárias, acerca do futuro
456 da instituição, e que o planejamento era compatível com os outros normativos que
457 tratavam da instituição. Apresentou o resumo sobre o percentual de oferta de vagas,
458 que começava com 56.7 em 2025, e a projeção era chegar a 59.3 em 2029. Citou que
459 um dos trabalhos do Colégio de Dirigentes e de todas as comunidades nos *campi* foi
460 direcionar esforços para o atendimento desses percentuais; disse que alguns cursos
461 FIC haviam sido substituídos porque não tinham caráter de formação de professor e
462 não ajudariam a compor os percentuais. Então, alteraram alguns cursos para que
463 conseguissem chegar ao percentual de 29,5, 30% de oferta de formação de
464 professores. Explicou que a oferta de vagas não necessariamente era matrícula, que
465 sabiam que existia o fenômeno da evasão no meio do processo e que, por
466 conseguinte, nem todas essas vagas se convertiam em matrículas, por isso tentaram
467 trabalhar com uma perspectiva um pouco superior para que, depois que ocorresse a
468 evasão, ainda conseguissem ficar acima de 50% do ensino médio, que era uma das
469 prioridades da instituição. O presidente parabenizou a comissão pelo trabalho
470 desenvolvido. Disse que o PDI era fruto de um trabalho conjunto muito bem
471 conduzido pela PROAD. Juliana destacou a importância da colaboração da
472 comunidade na elaboração do documento. O conselheiro João Vitor perguntou se
473 elaborariam um documento específico para cada *campus*, facilitando o envio e a
474 participação das comunidades de cada *campus*. Juliana explicou que o PDI não seria
475 desmembrado, pois precisa ser mantido de forma sólida até para atender aos
476 requisitos dos órgãos de controle, o que não impedia que os próprios *campi*
477 fizessem a "retirada" dos trechos que lhes dissessem respeito, como por exemplo o
478 plano de oferta de vagas e de expansão. No entanto, destacou que o Projeto
479 Pedagógico Institucional e as políticas de assuntos estudantis não eram tratados de
480 forma individualizada. Citou que a maior parte do documento tratava do Instituto
481 Federal de uma forma mais unificada, e que a título de publicação era necessário
482 fazê-lo como documento integral. Após apresentação, o item foi submetido à
483 votação, tendo sido aprovado por unanimidade. O presidente falou sobre o
484 Programa BRAMOTEC, que ofereceu capacitação tecnológica na área de
485 agropecuária durante 15 dias em instituições federais de todo o país. Explicou que
486 era uma cooperação internacional entre os governos do Brasil e de Moçambique,
487 que permitiu a 75 professores moçambicanos o intercâmbio em institutos federais
488 do Brasil. Informou que o Instituto Federal do Tocantins manifestou interesse e
489 recebeu dois professores moçambicanos no *Campus* Araguatins, o professor Brito e

o professor Agnaldo Vagalume, que ficaram no *campus* durante 15 dias ministrando um curso FIC intensivo nas áreas de agricultura, irrigação, fertilização de solos, na parte de sementes, processamento de alimentos, metodologias de ensino. Disse que o programa foi uma experiência muito boa, pois propiciou o intercâmbio cultural, e que, em outras oportunidades, com certeza, o IFTO participará novamente. Agradeceu ao presidente Antonio pela confiança e oportunidade de presidir a reunião do Conselho Superior do IFTO. Apresentou uma mensagem do presidente Antonio, na qual diz que o ano de 2024 foi um ano de muitos avanços devido ao comprometimento dos conselheiros no órgão máximo dentro do IFTO, pelo trabalho desenvolvido por cada um, tanto na análise dos documentos quanto também ao levar ao Consup todas as demandas da comunidade, além de compartilhar com as comunidades todas as discussões do Conselho Superior. Desejou a todos um feliz Natal e que o momento de final de ano fosse um momento de renovação, em que pudessem se preparar para o ano de 2025, e que 2025 chegasse cheio de paz, esperança e de boas notícias para todos. Não havendo mais nada a tratar, o presidente substituto agradeceu novamente a presença de todos, e eu, Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo presidente substituto e pelos membros deste Conselho que participaram da reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio da Luz Júnior, Presidente**, em 22/04/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosseane Elysa Ferreira Barbosa, Secretária**, em 22/04/2025, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Cesar de Sousa, Conselheiro**, em 25/04/2025, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Irany Iva dos Santos Dias, Conselheira**, em 25/04/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Bezerra Cavalcante de Sousa, Conselheira**, em 28/04/2025, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josuan de Carvalho da Cunha, Conselheiro**, em 28/04/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmar Vinicius de Carvalho, Conselheiro**, em 28/04/2025, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvan Vieira Moura, Conselheiro**, em 28/04/2025, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alves Machado, Conselheiro**, em 28/04/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Milene Lopes dos Santos Queta, Conselheira**, em 29/04/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo da Silva Paz Neto, Conselheiro**, em 29/04/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Leite Apinage, Conselheiro**, em 29/04/2025, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiely Maria de Sousa Alves de Oliveira, Conselheira**, em 29/04/2025, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Carvalho de Souza Timoteo, Conselheiro**, em 29/04/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Souza dos Reis Cavalcante, Conselheira**, em 29/04/2025, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Ribeiro de Sousa Simonetti, Conselheira**, em 30/04/2025, às 05:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guanamar Soares de Sousa, Conselheira**, em 08/05/2025, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Rodrigues da Silva, Conselheiro**, em 15/05/2025, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Vítor Bonini de Alcantara, Conselheiro**, em 15/05/2025, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Conselheira**, em 19/05/2025, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira de Queiroz, Conselheira**, em 29/05/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Munique Maia de Oliveira, Conselheira**, em 16/06/2025, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2598138** e o código CRC **78114D3A**.

Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul — CEP 77020-450 Palmas/TO — (63) 3229-2200
portal.iftto.edu.br — reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.023702/2024-99

SEI nº 2598138